

**Foucault,
Bourdieu
e a questão
neoliberal**

**Christian
Laval**

Tradução
Márcia Pereira Cunha
& Nilton Ken Ota

laboratório Sophiapol da Universidade Paris-Nanterre, dedicados às relações de Foucault e de Bourdieu com a política. Deve também alguns de seus desenvolvimentos às vivas discussões com os estudantes de sociologia e de economia de Nanterre. Deve, sobretudo, a Rémy Toulouse, que me ajudou muito a transformar um conjunto de exposições e aulas em um livro que, espero, tenha ficado mais fluido. Finalmente, não me esqueço das amigas e dos amigos que participam de perto ou de longe desse “comum intelectual” que formamos há anos e que reconhecerão aqui ou ali o eco de nossas reflexões cruzadas. Um pensamento caloroso para Márcia Cunha e Nilton Ota, que me permitiram acessar os tesouros de sua biblioteca em São Paulo, na fase final de redação deste trabalho.

Sumário

Capa

Folha de rosto

Créditos

Prefácio à edição brasileira

Introdução

Parte I: Michel Foucault

 Como o neoliberalismo nos governa?

Parte II: Pierre Bourdieu

 A dominação neoliberal

Conclusão: Foucault, Bourdieu e nós

Posfácio à edição brasileira

Bibliografia

Sobre o autor

Sobre a coleção

Ficha catalográfica

Prefácio

José Sergio Leite Lopes

**à edição
brasileira**

Christian Laval é autor de uma impressionante série de livros:

L'homme économique [O homem econômico] (2007), *L'ambition sociologique* [A ambição sociológica] (2002) e *A escola não é uma empresa* (2004), além daqueles em parceria com Pierre Dardot, *A nova razão do mundo* (2009), *Comum* (2014) e *A sombra de outubro* (2017).

Especialista no estudo do utilitarismo e de Jeremy Bentham, dos sistemas escolares e da história da teoria sociológica, com experiência em diversos coletivos intelectuais, Laval se notabilizou nos últimos anos, sobretudo em seus trabalhos com Pierre Dardot, pela renovação teórica da crítica ao neoliberalismo. Tal renovação se traduz na caracterização de um novo tipo de sociedade: a própria sociedade neoliberal produzida por meio de diferentes processos transcorridos nos últimos quarenta anos em escala mundial.

O presente livro, como evoca seu título, relacionando Foucault e Bourdieu à questão neoliberal, tem por intenção focalizar o que os dois autores, importantes no domínio das ideias e das lutas sociais e políticas, compreenderam sobre o fenômeno do neoliberalismo. Laval apresenta uma narrativa que ilumina as peculiaridades de cada um deles, em momentos históricos diferenciados. Enquanto Foucault conheceu o neoliberalismo nos seus começos, na virada dos anos 1970 e 1980, Bourdieu alcançou seu período de auge, nos anos 1990, e teve aí uma inflexão em sua trajetória como autor: foi combatendo o neoliberalismo que se tornou um símbolo de intelectual público contestatário, se sobressaindo do conformismo manifestado por parcelas majoritárias do campo intelectual estabelecido.

Apesar disso, foi Foucault o autor decisivo na elaboração de Laval e Dardot sobre o neoliberalismo, enquanto Bourdieu está ausente do vasto índice onomástico de *A nova razão do mundo*, cuja dimensão contempla a forte erudição dos autores na temática. Como dizem Laval e Dardot em diversos textos, eles

se apoiaram nas análises foucaultianas para mostrar que o neoliberalismo não é só um reflexo do poder do capital financeiro; não diz respeito apenas à economia e ao monopólio das receitas de políticas econômicas, mas ao caráter geral de um modo de governo dos homens que afeta todas as instituições.

Embora conheçam e se utilizem do conjunto da obra de Foucault, são seus últimos textos sobre a governamentalidade e, dentre eles, *Nascimento da biopolítica* (curso dado no início de 1979, mas publicado somente em 2004), que estão no centro da argumentação de *A nova razão do mundo*. Laval e Dardot podem então mostrar como o Estado neoliberal, longe de ser *mínimo*, é “governamentalizado no sentido de que os novos dispositivos institucionais que o distinguem visam criar situações de concorrência, introduzir lógicas de escolha e de [...] medidas de desempenho, cujo efeito é mudar sua relação [dos indivíduos] com as instituições e [...] transformá-los em consumidores e empreendedores”.¹

Assim, a sistematização da leitura foucaultiana do neoliberalismo é uma decorrência de seu uso estratégico pelos trabalhos de Laval e por aqueles realizados com Dardot. Já a sistematização equivalente da obra de Bourdieu é uma novidade. Depois de sua ausência em *A escola não é uma empresa* (neste livro, há duas referências através de outros autores) e em *A nova razão do mundo*, dois livros de Bourdieu — *O senso prático* e *A miséria do mundo* — são citados em *Comum*.

De fato, *A miséria do mundo* foi obra de grande repercussão, que reuniu depoimentos recolhidos por 23 pesquisadores, nos quais transparecem as consequências das políticas neoliberais, em especial a retração da rede de proteção social e o vasto sofrimento coletivo. A surpreendente acolhida do livro de mais de novecentas páginas, cuja tiragem teria sido estimada em mais de cem mil exemplares,² contribuiu para a projeção de

Bourdieu na esfera pública dos anos 1990.

O outro livro de Bourdieu citado em *Comum*, *O senso prático*, tem por base empírica o material coletado pelo autor na região da Cabília, numa Argélia varrida pela guerra de libertação anticolonial. É produzido no momento que antecede a sua cooptação pelo Collège de France, como livro analítico de elaboração dos dados resultantes de trabalho de campo durante seu outro envolvimento político, quando de sua produção científica no início de carreira, a que somente um pequeno número de leitores especializados teve acesso.³ Há, assim, um vínculo entre as duas obras de Bourdieu citadas em *Comum*, que pode ser apreendido pela dupla empatia do autor em relação aos trabalhadores, aos subproletários e ao campesinato desenraizado argelino vítima da guerra colonial na virada dos anos 1950 e 1960, por um lado; e, por outro, aos “miseráveis de posição”, na França dos anos 1990.

Pela forte influência que suas pesquisas na Argélia exerceram sobre sua formação, já que responsáveis por sua passagem de filósofo a etnólogo e sociólogo, Bourdieu revela, por assim dizer, ojeriza ao neoliberalismo, na medida mesma de seu conhecimento das sociedades tradicionais camponesas ameaçadas de destruição e da literatura de antropologia econômica, que reforça a crítica ao finalismo capitalista único pelo conhecimento de outras sociedades possíveis. Nesses dois livros, está com ele seu parceiro Abdelmalek Sayad, que de estudante em Argel se tornou especialista nos estudos de imigração — esse fenômeno social estratégico nos países da Europa e tendencialmente em toda parte —, decano dos colaboradores que permaneceram na equipe bourdieusiana. Embora após seus trabalhos sobre o campesinato argelino e francês (de sua aldeia de origem) Bourdieu tenha escolhido a via dos estudos sobre a dominação pelo lado dos dominantes, em *A miséria do mundo* estão, a seu chamado, colaboradores

que abriram frentes nos estudos dos de baixo, como Stéphane Béaud e Michel Pialoux,⁴ Gabrielle Balazs e Jean-Pierre Faguer, entre outros.

A fase aberta por Bourdieu após *A miséria do mundo*, com a criação da editora Raisons d'agir e os livros de intervenção mais diretamente política, tendo como alvo múltiplos aspectos da nova ordem neoliberal, torna sua presença menos dispensável na literatura crítica das ciências humanas interessadas na atualidade social e política. Assim, se a presença de Foucault como autor inspirador fundamental para o estudo da questão neoliberal não é surpresa para quem acompanha o trabalho de Laval, a presença de Bourdieu ao lado de Foucault é, sem dúvida, menos esperada, certa novidade na literatura de referência do estudo renovador que é *A nova razão do mundo*.

Pelo interesse em suas análises ainda atuais, situadas no percurso intelectual singular de cada um deles e em seus momentos históricos específicos, a apresentação de Foucault e Bourdieu que temos aqui é exemplar sob o aspecto do respeito ao conjunto da obra de cada um, exercitado pelo estudo aprofundado e minucioso. O livro não pretende confrontar os dois autores, nem mostrar suas eventuais complementaridades. Estas poderiam ser salientadas, num nível de generalidade, pela intenção de ambos tratarem da historicidade do *homem econômico* ou pela convergência política manifestada em algumas ocasiões, como a tomada de posição comum contra a intervenção soviética na Polônia em 1981, ou mais explicitamente, como os textos de Bourdieu em homenagem a Foucault, quando de sua morte.

Contudo, Laval mostra também de que modo cada qual segue seu caminho, sem procurar um eventual diálogo sobre pontos de proximidade (a formação comum em uma filosofia da metodologia científica em Bachelard e Canguilhem, no interior de um pertencimento ao mesmo pensamento de escola, no

caso, a École Normale Supérieure; a contribuição do pensamento estruturalista, seja ele crítico, à obra de cada um, até a procura por esmiuçar as peculiaridades das formas de poder e de Estado). Mais velho que Bourdieu, corresponsável pela sua eleição (ou cooptação) ao Collège de France e situado na posição dominante de filósofo (embora herético e pleno de investimentos na pesquisa histórica), Foucault não se vê obrigado a fazê-lo aparecer em sua obra. Já o inverso ocorre, embora pouco e menos do que seria esperado: referências muito de passagem e não substantivas, por exemplo, em *Sobre o Estado*, curso na instituição comum do Collège de France (referências mais substantivas surgem no livro de maior diálogo com a filosofia, as *Meditações pascalianas*).

Mas o livro de Laval pode contribuir, como ele o diz explicitamente, no conhecimento simultâneo de Foucault e Bourdieu pelas novas gerações, aparentemente mais livres para uma apropriação criativa das suas contribuições — um pouco do que fazem (ou faziam) certos campos intelectuais periféricos como o brasileiro, menos submetido à obediência aos efeitos da rigidez entre escolas de pensamento (e suas posições institucionais implícitas), nos contextos nacionais de origem. Ou ainda pela apropriação simultânea de tradições nacionais rivais, que impedem a comunicação intelectual mais rápida (como as traduções mais precoces de autores como Karl Polanyi ou E. P. Thompson no Brasil que na França; ou ainda de Bourdieu e Foucault no Brasil antes que na Inglaterra ou nos Estados Unidos). E também contribuir para que possam ser utilizados no sentido da criação de novos conhecimentos — sem que seja ignorada a coerência de seus pensamentos respectivos nem a sua força crítica comum.

A incorporação dos avanços anteriores no processo de conhecimento seria a maneira mais frutífera para sua passagem entre as gerações. Para que sejam enfrentados novos

problemas ou não se deixe repetir aqueles que representam a recriação de formas de dominação, de governamentalidade brutais ou de atentados aos avanços obtidos contra a grave violação de direitos humanos e sociais.

JOSÉ SERGIO LEITE LOPES é professor titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e trabalha há quarenta anos na temática da cultura das classes trabalhadoras no Brasil.

Introdução

Michel Foucault e Pierre Bourdieu: dois autores, entre os mais importantes do fim do último século, que escolheram

caracterizar sua época (fim dos anos 1970, para o primeiro; década de 1990, para o segundo) por meio do mesmo conceito: *neoliberalismo*. Rer suas análises sobre o neoliberalismo, como se propõe fazer neste livro, não é uma empreitada desprovida de intenções políticas. Trata-se de dar conta o mais precisamente possível, a partir de nossa situação, tanto política quanto intelectual, do que esses dois autores, que marcaram o domínio das ideias e o das lutas sociais e políticas, apreenderam do neoliberalismo. Gostaríamos de ajudar o leitor a julgar o interesse de suas análises, o que nelas permanece ativo ou, ao contrário, o que pode parecer problemático, até ultrapassado pelo curso das coisas. Trata-se também de permitir melhor apreender as análises de Foucault e Bourdieu no momento histórico em que foram desenvolvidas e segundo o percurso intelectual singular no qual elas se inscrevem.

Não é o caso de uma partida de desempate. Este livro não é uma disputa, nem mesmo um “encontro”: ele pretende desdobrar e expor o movimento de duas pesquisas que concernem ao mesmo “objeto”, em dois períodos históricos distintos. Trata-se, portanto, de mostrar como esses “quase contemporâneos” (Foucault nasceu em 1926, Bourdieu, em 1930) responderam, em seus trabalhos e por meio de seus atos, a determinada atualidade política que, como dissemos, ambos circunscreveram, identificaram e designaram como *neoliberal*.

Trata-se, mais precisamente, de investigar de que maneira eles fizeram disso um objeto de investigação, como o pensaram sob ângulos particulares, em momentos diferentes, segundo um método, em contextos e com ferramentas teóricas específicas. Não procuraremos, em seus trabalhos, o que não se encontra neles, seja um tratado completo, uma doutrina acabada, uma “última lição”. E isso por uma dupla razão de método e de probidade. Nenhum dos dois escreveu livro ou “deteve” sua reflexão sobre o assunto. Antes, o que gostaríamos

de fazer aqui é dar conta de dois movimentos de pensamento e de duas confrontações cuja característica comum, além do nome de seu objeto, é uma *explicação* e uma *resistência* diante do surgimento histórico do acontecimento neoliberal. Em suma, trata-se de realizar uma investigação sobre suas próprias investigações.

Foucault e Bourdieu compartilharam a mesma concepção das relações entre saber e política: não aderir, não apoiar, não justificar, mas compreender. O que Foucault apontava sobre a relação entre a filosofia e os perigos do poder, Bourdieu poderia igualmente ter afirmado (substituindo “filosofia” por “ciência social”): “Em sua vertente crítica — entendo crítica no sentido amplo —, a filosofia é justamente o que questiona todos os fenômenos de dominação em qualquer nível e em qualquer forma com que eles se apresentem — política, econômica, sexual, institucional” (Foucault, 2001a, p. 1.548 [2004a, p. 287]).⁵ Para eles, isso vale tanto para o neoliberalismo como para outros tipos de poder e dominação. É preciso, em relação a esse e aos demais tipos de poder, analisá-los, mostrar sua lógica, seus eventuais pontos de contradição, sem jamais acreditar nas pretensões do “bom poder”. Então, conforme Lamy (2014a, p. 307-27), o que nos interessa é saber como um e outro autor, de formas diferentes, assumiram a tarefa do intelectual crítico *diante do neoliberalismo*.

Não basta lembrar, como fez Bourdieu (2001a, p. 191) na comemoração em homenagem a Foucault, que o intelectual deve saber “manter reunidos” o trabalho teórico autônomo no âmbito do pensamento e o firme engajamento na ação política; é preciso ainda dizer como o engajamento e a autonomia trabalham juntos, como a ciência e a política se entrelaçam para fazer um único gesto de resistência, de luta, de desafio e de criação. Nem um, nem outro conseguiram, no entanto, desempenhar inteiramente o papel a que afirmam aspirar:

Foucault, o “intelectual específico”; Bourdieu, o “intelectual coletivo”. Eles encarnaram e continuam a encarnar a figura *clássica* do intelectual crítico frente ao poder. Aliás, é por isso que a prova de fogo do conservadorismo intelectual consiste em colocá-los no mesmo saco do maldito “pensamento 68”. Diferentemente e em oposição às tristes figuras midiáticas que posam de “grandes intelectuais”, fizeram, cada um, seu trabalho como pensadores teóricos, e é a esse título que tomaram partido. A figura clássica do intelectual crítico tem neles essa originalidade, funda-se sobre um trabalho rigoroso, metódico e especializado, preocupado em fazer com que o maior número de pessoas compreenda os mecanismos de poder em um momento histórico preciso e em uma sociedade dada. Nesse sentido, ambos têm encarnado uma nova figura, a do intelectual crítico *transversal*, cujo trabalho como teórico especializado deve permitir detectar as regras gerais de uma sociedade através dos estudos localizados no tempo histórico e no espaço social (Foucault, 2001b, p. 159 [1979a, p. 13]).

Este livro não chega em um contexto qualquer. Volta e meia, por razões contraditórias, atribui-se a Foucault a apologia do neoliberalismo, o que tenderia a designá-lo como o exato oposto de Bourdieu, que nunca escondeu a repulsa pelo novo tipo de poder. Sustentaremos uma posição oposta a essa atribuição. Tentar dar conta dessas duas pesquisas sobre o neoliberalismo, em sua complexidade e historicidade próprias, implica distanciar-se da postura de discípulos fascinados pela fala do mestre e da denúncia preguiçosa ligada à prática da “leitura rápida”. Esse esforço supõe estabelecer uma relação livre com essas teorias, o que não é óbvio quando sabemos a que ponto Foucault e Bourdieu são objeto de uma verdadeira “fetichização” (Jeanpierre, 2005).

Gostaríamos, então, de mostrar a maneira singular pela qual essas duas linhas de análise foram, em momentos históricos

diferentes, afetadas e modificadas por essa atualidade, como, em sentido inverso, a maneira de elaborar o objeto “neoliberalismo” foi profundamente marcada pela lógica do estudo, por seus estilos próprios, pelo material trabalhado (arquivos, pesquisas de campo etc.) e, sobretudo, pelo tipo de questão que ambos os autores se colocaram. Sob o mesmo nome, o conceito difere. Qualquer que seja o uso que se possa fazer de uma teoria, sem que seja necessário justificá-lo, ela não é uma simples “caixa de ferramentas”, de acordo com a fórmula um pouco fortuita de Foucault; uma teoria é, ao mesmo tempo, uma hipótese, uma polêmica, um método, uma investigação cuja lógica é melhor conhecer antes mesmo de sua aplicação.

Não se trata de fazer os autores, cujos trabalhos são heterogêneos, dialogarem, o que levaria a negar os contextos, banalizar a originalidade de seus pensamentos e enfraquecer a perspicácia dos conceitos. Não procuramos simular um diálogo fictício que não existiu. O objetivo é diferente. Consiste em extrair as principais linhas de análise e fazer aparecer suas singularidades para que cada leitor tire suas conclusões desses trabalhos, que produzem conhecimentos essenciais para compreender o que acontece. E isso é feito evitando, tanto quanto possível, a ilusão retrospectiva, que consiste em fazer da morte de um autor o ponto de conclusão necessário de uma teoria. O que caracteriza melhor, sem dúvida, os trabalhos de Foucault e de Bourdieu sobre o tema, além da ancoragem em uma atualidade política e da inscrição intelectual em uma obra mais ampla, é o *caráter inacabado*. Suas análises do neoliberalismo representam o primeiro esboço de uma pesquisa inconclusa, como que deixada em suspenso, um dos momentos de uma trajetória singular interrompida pela morte. Foucault, se acreditarmos em um de seus biógrafos (Eribon, 2011, p. 509 [1990, p. 294]), pretendia retomar seu trabalho sobre

o liberalismo. E não há nenhuma dúvida de que Bourdieu teria continuado seu trabalho crítico, tendo em vista o fortalecimento do neoliberalismo no início do século XXI. Temos somente os primeiros marcos desse trabalho, não o ponto de chegada, e esses marcos foram colocados em uma época na qual o fenômeno neoliberal, em sua duração, extensão e universalidade, ainda não havia alcançado a maturidade. Enfim, não nos esqueçamos da decalagem temporal do interesse de cada um por essa questão. Os trabalhos de Foucault se desenvolveram entre 1975 e 1980; os de Bourdieu, entre o fim dos anos 1980 e sua morte, em 2002, ou seja, uma década mais tarde. Uma década historicamente crucial, já que nela se consolidou e universalizou a norma neoliberal que continua a reger as práticas gerenciais das empresas, assim como as políticas públicas.

1 | ANDRADE, Daniel & OTA, Nilton Ken. “Uma alternativa ao neoliberalismo. Entrevista com Pierre Dardot e Christian Laval”, *Tempo Social*, v. 27, n. 1, p. 275-315, 2015.

2 | “30 ans, 30 œuvres : ‘La Misère du monde’ de Pierre Bourdieu”, *Les Inrockuptibles*, 17 fev. 2016.

3 | Cf. o peculiar manifesto político-científico em BOURDIEU, Pierre. *Travail et travailleurs en Algérie. Deuxième partie, Avant-Propos* [Trabalho e trabalhadores na Argélia. Segunda parte, Prefácio]. Paris/Haia: Mouton, 1963, p. 257-67.

4 | Publicado na França em 1999, *Retorno à condição operária: investigação em fábricas da Peugeot na França* (Boitempo, 2009) teve importância no momento de seu lançamento pela revelação dos processos pelos quais passavam os trabalhadores fabris franceses de resistência à destruição crescente da sociabilidade coletiva. Outro livro importante tratando do processo de vulnerabilização de assalariados anteriormente garantidos pela legislação social, através de uma construção histórica de longa duração sobre a noção de salário, é *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário* (Vozes, 1998), de Robert Castel, um raro colaborador comum entre Foucault e Bourdieu.

5 | As referências às obras já traduzidas ao português estão entre colchetes; os dados completos de cada obra constam na bibliografia. [N.E.]

A vida, a formação, os engajamentos e mesmo o percurso acadêmico de Foucault e de Bourdieu apresentam inúmeros pontos em comum: a trajetória intelectual nas mais prestigiadas instituições, da Escola Normal Superior ao Collège de France; a passagem pelo grande rito de ingresso docente em filosofia; o horizonte geracional compartilhado — quatro anos somente os separam —, com uma dupla relação complexa, de um lado com Sartre, de outro com o estruturalismo; a filiação comum a uma tradição epistemológica francesa, indo de Bachelard a Canguilhem, passando por Koyré; o engajamento político paralelo que, em raras ocasiões, se cruzava, à distância e muitas vezes em oposição nítida ao Partido Comunista; o espírito rebelde, sempre se conjugando com a mais extrema exigência no trabalho intelectual; a notoriedade crescente de intelectuais engajados que, se não necessariamente repudiassem a reflexão sobre as reformas universitárias, escolares ou sociais, guardavam, todavia, distância dos poderes governamentais. O que, sem dúvida, os aproxima mais é a associação, em um único corpo, se podemos dizer, do pesquisador e do ator político, do homem da reflexão e do homem em cólera. Talvez também — retomaremos isso — uma determinada afeição pelas posições libertárias. Nossas memórias evidentemente apagam o movimento da vida e não retêm senão o mais relevante, o mais radical, esquecendo, por exemplo, que ambos estiveram longe de ocupar sempre o primeiro plano da cena pública.

Suas pesquisas, em contrapartida, não convergem. Quando um redefine a tarefa da filosofia, estendendo os objetos para rearticular os mais diferentes saberes e os menos nobres, o

outro sai dela para dar à sociologia autonomia e rigor científico, a ponto de pretender produzir um sistema original capaz de integrar e de ultrapassar seus fundadores, Marx, Durkheim e Weber (Fabiani, 2016). Um é o homem da circulação de saberes, das “ramificações exteriores” contra o monopólio das ciências oficiais; o outro, de um campo científico sempre ameaçado, que é preciso defender contra as heteronomias. Entre a genealogia dos dispositivos de poder e a sociologia das disposições determinadas pelas estruturas sociais, há uma distância conceitual que não se pode abolir: um privilegia a *relação de poder*; o outro, a *relação de dominação*.⁶ Não que o poder e a dominação se excluam, mas seus conceitos não se sobrepõem: um privilegia movimentos estratégicos e operações táticas, enquanto o outro toma, antes, a medida dos pesos das estruturas objetivas e subjetivas.

Se eles se assemelham na fúria, os alvos de suas recusas não são idênticos. Foucault está mais preocupado sobretudo com a norma que se impõe à vida dos homens, enquanto Bourdieu é, antes de tudo, sensível à “extrema desigualdade diante das razões de viver” (Bouveresse, 2004, p. 13). Poderíamos achar que, entre a crítica dos saberes do primeiro e a ambição científica do segundo, há certa incompatibilidade. Se esse for o caso, ela não deu lugar a nenhuma polêmica, mas talvez tenha se manifestado por um silêncio recíproco sobre suas respectivas obras. Aquilo que os aproxima não é tão forte quanto a distância que eles observaram entre si? Podemos avaliá-la durante a homenagem de Bourdieu a Foucault em sua aula inaugural no Collège de France — sem dúvida, trata-se de uma espécie de contradição pelo apoio de Foucault a sua eleição para o mesmo Collège de France, em 1981. Teria havido também, segundo o biógrafo Didier Eribon, o projeto, concebido por Pierre Bourdieu, de um livro de diálogo sobre seus respectivos percursos (Bourdieu, 2011a, p. 579 [2013,

p. 169-75]). Quando da morte de Foucault, Bourdieu pôde declarar publicamente toda amizade que ele lhe guardava, em falas e intervenções que não eram somente protocolares, mas de estima, reflexão e análise de suas relações.⁷ Há, enfim, essa confissão de Bourdieu, fazendo disso uma espécie de sociologia de um vínculo pessoal:

A uma distância temporal próxima, tenho em comum com ele todas as propriedades *determinantes* e muitas outras que se seguem, notadamente na visão do mundo intelectual. Não é por acaso que estávamos tão frequentemente no mesmo campo, isto é, aliados contra os mesmos adversários e, às vezes, confundidos pelos mesmos inimigos. (Bourdieu, 2011a, p. 579 [2013, p. 169])

Assim, ao ler esse retrato de Foucault, temos às vezes o sentimento de que se trata de um autorretrato:

Rompendo com a representação, característica do *Homo academicus* e em especial do filósofo universitário, que separa a vida em duas partes, aquela do conhecimento, em que se investe o rigor, e aquela da política, na qual se investe a paixão, de preferência generosa, Michel Foucault concebeu a atividade intelectual como um empreendimento político de liberação: a política da verdade, que é a função própria do intelectual, se realiza em um trabalho para descobrir e declarar a verdade da política. É o que faz do desejo (perverso) de saber a verdade do poder um adversário irreduzível do desejo de poder. (Bourdieu, 2011a, p. 588 [2013, p. 175])

Mas Bourdieu poderia também se irritar com um certo “sectarismo foucaultiano”, que recita seu catecismo e afirma que o “poder está em todo lugar”, que “ele vem de baixo” ou ainda que a “plebe é sempre sinônimo de antipoder radical”. Não parece, em todo caso, que Bourdieu tenha tido conhecimento do curso de Foucault sobre o neoliberalismo (ministrado em 1979, mas publicado somente em 2004) e, se o julgamos pela posteridade, pode-se apenas constatar que os cruzamentos entre suas obras são tão raros depois da morte de cada um quanto o foram quando vivos, salvo algumas

raríssimas exceções — como a de Robert Castel, notadamente.

A ausência ou a enorme raridade, em cada um deles, de citações explícitas ao outro testemunha a distância recíproca com que pretendiam conduzir seus trabalhos. Sobretudo para nós, que lemos os livros de um e outro sem exclusão, esse relativo isolamento de suas obras (que pode nos parecer hoje bem estranho) deve ser relacionado a uma situação histórica muito particular do trabalho intelectual, que ainda apelava a “líderes de grupo”, às vezes até a “chefes de escola”. Pode-se lamentar, ao notar que o jogo universitário mais clássico — que consiste em comunicar a todo custo pensamentos e obras que não pertencem aos mesmos campos e não se situam no mesmo terreno — já dava motivos para afastar esses pensadores ao mesmo tempo escrupulosos, fecundos e originais.

6 | Para uma diferença entre os dois, cf. Foucault (2001a, p. 1.539 [2004a, p. 276-7]).

7 | Os principais escritos de Bourdieu sobre Foucault são os seguintes: 2002a; 1984a; 2011a [2013]; 2002b, p. 171; 1996a, p. 13-8; 2001a.

Algo muito diferente se passava com seus engajamentos. Não foram apenas paralelos, mas se conjugaram em alguns momentos, entre os quais o mais importante foi o protesto de intelectuais contra o golpe de Estado na Polônia do general Jaruzelski, em dezembro de 1981, e a denúncia da cínica falta de ação do governo socialista francês. Bourdieu deixou notas sobre esse episódio de cooperação conjunta com a Confédération Française Démocratique du Travail (CFDT) [Confederação francesa democrática do trabalho], especificando a intenção de ambos de estabelecer um elo entre movimento sindical e intelectuais, no modelo da Solidarnosc [Solidariedade].⁸ Para um e para outro, tratava-se de fazer prevalecer uma linha independente, afastando-se de toda posição de “intelectuais orgânicos”, contra a instrumentalização e a neutralização organizacional. De suas discussões, nasceria a ideia de um “livro branco”, redigido por um coletivo de especialistas na situação social, abrindo caminho para proposições de ação. Deve-se ver aí o esboço desse livro-acontecimento, lançado quase dez anos mais tarde, *A miséria do mundo?*

Essa comunidade de ação com a CFDT para defender a Solidarnosc, que durou alguns meses, já diz muito sobre o que esses dois homens compartilham: uma independência sem reserva no que diz respeito ao poder, mesmo de esquerda, e uma oposição radical à opressão burocrática e a todos aqueles que a defendem, de uma maneira ou de outra, sem temer represálias do Partido Comunista Francês (PCF), então ainda poderoso no campo intelectual. O que os une nesse protesto diante do destino imposto aos trabalhadores poloneses é uma

ética do intelectual. Ele não deve jamais se deixar instrumentalizar pelos aparelhos, nem se submeter aos *apparatchiks*,⁹ mas exercer com perseverança uma função crítica perante os poderes, sobretudo quando se autoproclamam do lado do progresso social e da emancipação.¹⁰ Se o engajamento de Foucault ao lado dos dissidentes é conhecido, sabe-se menos que Bourdieu foi desde sempre um crítico virulento do Partido Comunista e que, em parte, seu esforço de refundação sociológica encontra impulso na vontade de se emancipar da ortodoxia marxista mais “esterilizadora”. Há vários sinais disso desde os primeiros números da revista fundada por ele, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, com, por exemplo, a crítica do tom magistral de Althusser (Bourdieu, 1975, p. 65 ss.), o lugar atribuído aos trabalhos históricos e sociológicos não stalinistas sobre a União Soviética e os países do Leste (Lewin, 1976, p. 2 ss.; Szelenyi, 1978; Kemény, 1978), ou ainda a importância dada aos historiadores marxistas heterodoxos, sobretudo ingleses (Thompson, 1976, p. 133 ss. [2001, p. 203 ss.]; Hobsbawm, 1978). Aliás, nem com ele, nem com Foucault, isso teria sido possível sem uma livre relação com Marx. Foucault e Bourdieu demonstraram que, para fazer a crítica pertinente do presente, convinha despojar-se das velhas fórmulas, de antigos esquemas e jamais renunciar à renovação do arsenal conceitual necessário à análise e à luta. Em resumo, prolongar o trabalho crítico de Marx, o que para eles queria dizer se desembaraçar dos ouropéis do marxismo ossificado.

8 | Federação sindical polonesa fundada em 1980 sob a liderança de Lech Walesa, quem receberia o Prêmio Nobel da Paz em 1983 e se tornaria presidente do país entre 1990 e 1995. [N.E.]

9 | Termo em russo, “membro do aparelho” do Estado soviético, quadros burocráticos dos partidos e sindicatos, por extensão, pessoas que se beneficiam de suas posições de poder. [N.T.]

10 | Cf. o testemunho de Claude Mauriac (1976).

Para compreender bem o que finalmente foi este encontro que faltou entre Foucault e Bourdieu, em especial a respeito do neoliberalismo, convém evocar, mesmo que em linhas gerais, certas circunstâncias da recepção de seus trabalhos. O curso de Foucault que vai nos interessar mais particularmente, *Nascimento da biopolítica*, foi dado no ano universitário de 1978-1979 (na verdade, de janeiro a abril de 1979), mas publicado somente, como dissemos, em 2004. É preciso ter em mente essa periodização muito particular porque ela explica, em grande parte, a *inversão cronológica* das recepções dos trabalhos de Foucault e Bourdieu. Essas análises precoces do neoliberalismo, mas tão tardiamente publicadas, foram muito pouco influentes nos movimentos sociais dos anos 1990 e bem pouco retomadas no mundo acadêmico francês antes dos anos 2000. Trata-se de uma grande diferença em comparação ao mundo intelectual anglo-saxão, que deu, desde os anos 1980, enorme repercussão aos estudos foucaultianos sobre a governamentalidade, que se constituíram quase como um domínio acadêmico à parte. Mas esse não é um caso isolado: a *French Theory*¹¹ triunfava em língua inglesa enquanto se eclipsava na França. E isso não é tudo: os intelectuais franceses que continuaram a se interessar por Foucault depois de sua morte, que foram seus guardiões e editores, raramente foram próximos dos movimentos sociais e das esferas radicais. Alguns foram até seus adversários declarados. Pensamos, evidentemente, em François Ewald, antigo secretário de Foucault no Collège de France, corresponsável pela edição das entrevistas, artigos e cursos, que se transformou, nos anos 1990, em teórico de um patronato agressivamente neoliberal. Quanto aos outros pesquisadores

“foucaultianos”, eles não pesaram quase nada na crítica ao neoliberalismo nos anos 1990 e, de forma mais geral, nas evoluções da crítica social na França, por exemplo, no nascimento do altermundialismo. Assim, até o começo dos anos 2000, os estudos foucaultianos desenvolveram-se muito menos na França do que no exterior e, sobretudo, foram separados das lutas contra o neoliberalismo, especialmente quando das grandes greves de dezembro de 1995. O pensamento de Foucault não era mais tido como politicamente pertinente no momento em que, no entanto, se desdobravam plenamente as novas formas do governo neoliberal e as lutas que tentavam bloqueá-lo. Como poderia ter dito Foucault, suas análises não pareciam mais “funcionar” politicamente como haviam feito, e com efeito considerável, nos anos 1970.

Neste ponto, o contraste com os anos 2000 é notável. Os intelectuais críticos que levaram a sério as análises foucaultianas sobre a “governamentalidade” tornaram-se cada vez mais numerosos. Isso se explica principalmente pela tomada de consciência de que o neoliberalismo não era apenas uma questão de “extensão da mercadorização” ou da “globalização capitalista”, mas de que se tratava de políticas de um gênero novo, e até mesmo de uma norma geral visando remodelar o Estado e transformar as subjetividades. Perdemos a conta dos títulos de obras ou artigos fazendo referência explícita a isso no direito, na economia, na gestão ou na sociologia política: “governar pelo *management*”, “governar pelas normas”, “governar pelos números”, “governar pelos *scores*”, “governar pelos algoritmos” etc. A governamentalidade tornou-se, então, uma perspectiva crítica de grande importância nas esferas acadêmicas e, mais lentamente, nos mundos militantes. No entanto, pelo viés de trabalhos que encontraram ampla repercussão e pelos contatos cada vez mais densos entre esses universos, certa interpenetração acabou por

acontecer. Depois do lançamento de *Nascimento da biopolítica*, Foucault tornou-se novamente um autor politicamente muito presente na nova conjuntura intelectual. Nesse começo de século XXI, uma geração de jovens filósofos, analistas políticos, sociólogos e economistas se radicalizou de maneira nova. Eles se formaram de modo “aberto” e simplesmente aboliram os compartimentos fechados das correntes de pensamento: relendo Marx, mesclando, sem exclusão, as ciências sociais e a filosofia, alimentaram uma cultura crítica, ao mesmo tempo que se alimentaram dela, não se contentando com a exegese dos textos, mas articulando investigação, teorização e, com frequência, ação.

A situação histórica do trabalho de Bourdieu é bem outra. Isso se deve muito ao fato de ele ter sido testemunha viva do avanço das políticas neoliberais, das transformações das classes dirigentes, da ascensão ao poder das grandes empresas e da correspondente fragilização das organizações operárias, da natureza cada vez mais manifestamente neoliberal da construção europeia e da dominação do capitalismo financeiro. Em resumo, ele viveu diretamente o advento da era neoliberal na França e no mundo. Outro elemento teve papel considerável: Bourdieu também foi o principal opositor do neoliberalismo apontado e reconhecido como tal. Ele encarnou, em meados dos 1990, a figura do “intelectual antineoliberal” aos olhos das mídias que, em geral, lhe eram hostis e de uma parcela da opinião pública que compartilhava de suas críticas. Ele só adquiriu essa posição simbólica tardiamente em sua carreira. Não que nunca tivesse se envolvido em combates políticos — sabe-se pela compilação de suas “intervenções” que o inverso é verdadeiro (Bourdieu, 2002a); na realidade, “emergiu” como figura reconhecida na arena pública quando o neoliberalismo se tornava efetivamente a forma política dominante. Podemos, sem dúvida, datar essa “emergência”

pública com a publicação de *A miséria do mundo*, em 1993. Essa análise sociológica a várias vozes mostra as consequências do recuo das intervenções sociais do Estado e da fragilização dos serviços públicos. Relata o aumento das desigualdades, dos declínios de classe e das formas múltiplas, diferenciadas e cumulativas dos sofrimentos sociais; assim, adota a visão oposta à impressionante massa de discursos sociológicos e políticos que, desde os anos 1980, haviam se prestado a celebrar, na universidade, nas mídias e nos livros, o advento do Sujeito, do Ator, do Indivíduo, da Classe média e do Mercado.

As tomadas de posição de Bourdieu, diferentemente dos trabalhos de Foucault, tiveram influência real sobre o “despertar político” característico de meados dos anos 1990. Suas intervenções assumiram, num contexto totalmente renovado, as mobilizações dos meios intelectuais dos anos 1970. Elas inclusive participaram muito diretamente do aparecimento de novas formas de contestação (pensamos sobretudo no altermundialismo). Foi nesse novo período político que Bourdieu adquiriu o estatuto de intelectual radical, concentrando sobre si os sentimentos mais venenosos dos grupos da direita e de parte da “esquerda” intelectual e política mais “moderada”, pronta para todos os compromissos em nome do realismo e da modernidade. A clivagem dos meios intelectuais frente ao movimento grevista de 1995 é seu momento principal (Duval *et al.*, 1996).

Esse engajamento muito direto de Bourdieu teve alguns efeitos políticos, uma vez que levava consigo muitos pesquisadores em ciências sociais. Estes últimos pretendiam, de fato, produzir novas ferramentas de crítica social por fora ou à distância de um marxismo que perdia vitalidade. Notaremos a diferença entre a conjuntura dos anos 1970 e a dos anos 1990. Os filósofos radicais, alguns deles ligados aos movimentos gauchistas mais ativos, exerciam um papel importante nos

1970. Não era mais o caso nos 1990. No campo intelectual, os filósofos haviam sido suplantados pelos economistas heterodoxos e sociólogos críticos. Certamente, a geração filosófica dos anos 1960 e 1970 ainda era ativa, mas parecia bastante periférica em relação aos lugares de contestação e às mobilizações mais intensas. A centralidade adquirida por Bourdieu na década de 1990 testemunha de alguma forma a revanche das ciências sociais sobre a primazia filosófica do período anterior. Isso não está dissociado da chegada de novas gerações de pesquisadores em ciências sociais às universidades e instituições de pesquisa, o que dará lugar, nos anos 2000, a um florescimento de coleções, editoras, revistas e trabalhos cuja referência mais ou menos direta foi o trabalho de Bourdieu.

Contudo, um dos fatores importantes que pode explicar a diferença entre a relação de Foucault e a de Bourdieu com o neoliberalismo é que eles o confrontaram em momentos diferentes. Para o primeiro, o neoliberalismo não era um alvo a ser combatido com urgência, tampouco um objeto que modificaria profundamente sua trajetória de pesquisa. Tratava-se de analisar certa virada na maneira de governar e lhe teria sido, sem dúvida, difícil prolongar seu trabalho, por falta de elementos empíricos suficientemente densos e ricos — estávamos em 1979. Para Bourdieu, ao contrário, a passagem ocorreu nos anos 1990. O neoliberalismo estava suficientemente instalado no cerne das instituições para tornar-se, ao mesmo tempo, alvo político e objeto teórico da sociologia.

A publicação tardia das análises de Foucault, longe de torná-las obsoletas, deu-lhes, ao contrário, nova pertinência pelo fato mesmo da extensão, muito além do campo econômico apenas, das normas neoliberais da concorrência e da empresa. O termo “subjetivação”, próprio do “último Foucault”, permitiu

descrever múltiplos mecanismos de poder e fenômenos psíquicos. Os processos políticos em marcha, que violavam cada vez mais visivelmente os mecanismos da democracia liberal, obrigaram a uma reflexão aprofundada sobre os modos de governar em plena fase de “desdemocratização” (Brown, 2007; Dardot & Laval, 2009 [2016]). Os trabalhos de Bourdieu não conheceram esse tipo de “retorno favorável”, até pelo fato de que nunca deixaram de alimentar e sustentar conceitualmente a análise sociológica crítica, de constituir um de seus polos mais ativos ao lado de pesquisas que os prolongavam ou lhes alteravam o curso. Estávamos, então, em uma situação em que, longe de se contradizerem, as análises foucaultianas, bourdieusianas e marxistas podiam *se combinar* no seio de uma nova cultura crítica, sem, para tanto, se confundirem em uma síntese imprecisa.

Qual é, então, a questão em jogo na leitura que propomos de Foucault e de Bourdieu neste livro? Seu desafio remete a isso que podemos chamar de *dupla natureza* do neoliberalismo, a um só tempo tipo de governamentalidade e modo de dominação. Foucault, já dissemos, faz da “relação de poder” — móvel, reversível, instável — o conceito-chave de suas análises. Importa a ele mostrar que, em toda relação de poder, cada um dos protagonistas dispõe de uma margem de liberdade para orientar a conduta do outro ou resistir à “condução das condutas” que se quer lhe impor. Para ele, o neoliberalismo é prototípico desse jogo da “ação sobre a ação”, em um nível macro e micropolítico. Foucault não exclui, entretanto, a análise daquilo que ele chama de “estados de dominação”, situações no cerne das quais as relações de poder são “perpetuamente dissimétricas”, mas não é essa cristalização estrutural que o interessa (Foucault, 2001a, p. 1.529-30 [2004a, p. 266-7]). Segundo Bourdieu, por outro lado, o neoliberalismo marca um novo período da dominação social das classes

superiores, que mobilizaram armas e argumentos novos em dimensões duráveis e sistêmicas. A questão que percorre este livro é, então, saber como convém analisar certo modo de poder que vem se imprimir até na intimidade subjetiva, mas que manifestamente se fixou em outro nível, como um sistema governamental estável e sólido, inscrito em instituições, cristalizado nas regras do direito, apoiado por grupos oligárquicos nacionais e mundiais. Para dizer de outra maneira, a questão colocada pela dupla leitura de Foucault e Bourdieu é saber como pensar em escala dupla, micro e macro, a articulação das técnicas governamentais de “condução das condutas” e do sistema de dominação, desde então incrustado em nível mundial.

Como vimos, o período em que vivemos rompe, no plano intelectual, com as décadas precedentes. As teorias críticas foram, na verdade, desenvolvidas separadamente, segundo lógicas de escolas, disciplinas acadêmicas e mentores intelectuais. Essa fragmentação está agora ultrapassada, talvez provisoriamente, em razão das necessidades de renovação da teoria face aos “tempos difíceis” que atravessamos e da consciência dos limites de trabalhos necessariamente inscritos no horizonte de sua época. Sem dúvida, nem todos compreendem isso desse modo, e alguns ainda se prestam a acertar suas contas com as teorias “rivais”. É assim que Foucault se torna suspeito, aos olhos de alguns, de uma suposta complacência, senão simpatia, para com o neoliberalismo, do qual ele teria sido um dos propagadores ativos no meio intelectual. Isso, por vezes, é para felicitá-lo, mas, com mais frequência, é para desqualificá-lo e, em um ou outro caso, à custa de amálgamas, descontextualizações e contrassensos que não deixam nada a desejar aos piores métodos de uma época que se acreditava encerrada. Ver Foucault como um autor neoliberal só é possível ao preço de um desconhecimento de

seu trabalho genealógico sobre os poderes e de seu engajamento ético e político. A história intelectual é, aliás, cheia desses contrassensos que fazem de Marx o inventor do *gulag* ou de Nietzsche um autor nazista. Fazemos aqui a aposta de que o leitor que domina a “arte de ler”, como teria justamente dito Nietzsche, sabe distinguir entre as interpretações fundadas e as projeções imaginárias.

Em todo caso, não buscaremos “defender” Foucault, tampouco “cultuar” Bourdieu. O objetivo aqui é completamente outro. É questionar e discutir seus trabalhos, e não somente resumi-los. É compreender, sobretudo, suas respectivas relações, tanto teóricas como políticas, com o neoliberalismo, na intersecção entre a atualidade e uma trajetória de pensamento. Essa é, a nossos olhos, a única maneira de lhes fazer justiça, quer dizer, resituá-los no movimento de suas obras e recolocá-los no tempo deles para melhor retomar aquilo que esclarecem sobre o nosso.

**Michel
Foucault**

Como o neoliberalismo nos governa?

Parte I

**Michel
Foucault**

O poder no presente

Introdução

O curso ministrado no Collège de France em 1979, *Nascimento*

da biopolítica — como outros cursos, mas talvez um pouco mais — está no cruzamento da atualidade e da pesquisa de Foucault (2004a [2008a]). É sua resposta mais explícita à exigência de luta contra o poder, característica de seu estilo filosófico. Seu objetivo: revelar os mecanismos do poder precisamente onde ele é mais invisível, insidioso, negado, exterior a isso que se entende correntemente por “política”. A abordagem foucaultiana visa livrar-se das maneiras convencionais de pensar as relações entre o soberano e os sujeitos, a democracia e os cidadãos, o Estado e a nação, introduzindo aí o que, para ele, é próprio do político, isto é, as formas mais concretas do poder que, no entanto, não se apresentam como políticas: a família, o sexo, a educação, o trabalho, as trocas etc.

No primeiro encontro do curso do ano anterior, *Segurança, território, população*, Foucault enfatizava que não se tratava de estabelecer a divisão entre o bem e o mal, ou de chamar à luta contra isto ou aquilo. Antes, era preciso produzir “indicadores táticos” constitutivos de um “imperativo condicional” que tomava esta forma: “Se você quiser lutar, eis alguns pontos-chave, eis algumas linhas de força, eis algumas travas e alguns bloqueios” (Foucault, 2004b, p. 5 [2008b, p. 6]). Desbloquear as análises, retirar os obstáculos, abrir as pistas é o que pode realmente ajudar os engajados nas lutas, em um campo de força que os ultrapassa e que eles não dominam. “Pensar de outro modo”, se desviar, se deslocar “de soslaio” é a principal condição para escapar das armadilhas que os poderes nos pregam e que consistem em nos fazer inadvertidamente reforçá-los ao respondê-los. Assim, é preciso praticar a arte por vezes desconcertante da contraintuição, frequentemente esquecida nas apresentações escolares ou jornalísticas do “foucaultianismo”.

A prática de Foucault se apresenta, desse modo, como uma luta que visa contrariar ao máximo as maneiras mais sutis

pelas quais o poder impõe sua verdade, mobiliza saberes, emprega técnicas. Sua pesquisa nunca pretende dizer como é preciso se comportar ou o que é preciso pensar — seu único imperativo categórico e incondicional: “nunca fazer política” (Foucault, 2004b, p. 6 [2008b, p. 6]) —, mas propor ferramentas que possam ter importância tática em um campo de força. Trata-se de compreender melhor como se exercem os mecanismos de poder nas relações sociais e, particularmente a partir de 1975, como se exerce aquilo que ele então chama de “poder de normalização”. Mais precisamente ainda, Foucault pretende se desfazer de uma visão ideológica da liberdade que, do liberalismo ao gauchismo, esquece que a liberdade não joga sozinha: diz respeito às relações de poder, às vigilâncias, aos dispositivos de segurança, às formas de condução, aos métodos e instrumentos que se aperfeiçoam, se multiplicam, se fazem mais flexíveis e menos visíveis, à medida que essas maneiras de governar encontram resistências. O trabalho de Foucault remete a um *ethos* filosófico distante de todo profetismo ou *leadership*, ancorando-se em movimentos, críticas e experiências que buscam superar os limites impostos ao pensamento, à ação e à existência pelos diferentes poderes (Foucault, 2001d, p. 1.404-5 [2004b, p. 218-9]). Com esta “prática da liberdade” em mente, pode-se apreciar os comentários de Foucault sobre o neoliberalismo, concebido como uma *forma racional de governo*.

Não há, propriamente falando, um livro de Foucault sobre neoliberalismo, nem mesmo uma exposição sistemática, mas um conjunto de análises dispersas por cursos e entrevistas. Esses traços de um percurso sem “programa” previamente determinado seguem os meandros complicados de uma obra cujo tema geral, muitas vezes enunciado, é o dos mecanismos do poder moderno; logo em seguida, a partir de 1978, e de forma muito explícita, a “história da governamentalidade”. As

*image
not
available*

Nisso, não era diferente de outras investigações de Foucault. Pierre Macherey sublinhou bem:

O que está acontecendo? Quais transformações estão em curso hoje? Como se posicionar com relação a elas? São perguntas [que Foucault] não deixou de se fazer, fosse lendo Sade por cima dos ombros de Bataille ou se arriscando ao se aproximar do caldeirão iraniano em ebulição, sob risco de se queimar. Daí que ler Foucault seja obrigatoriamente embarcar em uma dinâmica de transformação, da qual todas as suas intervenções, sem exceção, têm a marca incendiária. (Macherey, 2015)

A leitura do Foucault do neoliberalismo deve se acompanhar do “teste da exterioridade”: os usos que se pode fazer dele são sempre provas de realidade. O essencial, então, está aí: o curso de Foucault, por antigo que seja, ainda tem algo a nos ensinar sobre *nossa atualidade*?

*image
not
available*

considerar a biopolítica como um aspecto de um fenômeno histórico mais geral, que é a “razão liberal”, de “estudar o liberalismo como quadro geral da biopolítica”. Em suma, seu ponto de partida consiste em indexar a gestão da população, colocada como característica principal da política moderna, junto a uma racionalidade governamental fundada sobre a manipulação dos interesses pela própria organização da liberdade econômica dos mercados e pelo jogo dos preços (Foucault, 2004a, p. 24 [2008a, p. 30]). A biopolítica não pode ser compreendida senão por seu lado operativo, e esse lado operativo é, precisamente, a governamentalidade, ou seja, o governo dos homens por seus interesses. Daí esse longo desvio — pelo qual ele chega a se desculpar — pela arte de governar liberal e neoliberal. Mas esse desvio, veremos, o conduz mais longe do que ele, sem dúvida, imaginava, pois o levará a fazer do neoliberalismo um objeto conceitual em si.

11 | Teoria Francesa, em inglês, termo consagrado à recepção estadunidense do Pensamento francês dos anos 1970 e 1980, em especial os trabalhos de Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Félix Guattari, Jean Baudrillard e Jacques Lacan. [N.E.]

12 | Como lembra François Ewald, Foucault foi obrigado a informar o título de seu curso vários meses antes para a impressão dos cartazes que anunciavam o programa do Collège de France. Cf. Ewald (2011, p. 51 [2014, p. 18]).

13 | O termo aparece em uma sessão do curso de 1978 (*Segurança, território, população*, aula de 10 de fevereiro). Para apresentação do conceito de “governamentalidade”, cf. Pasquino (1986), Lascousmes (2004), Walters (2012), Laborier (2014, p. 169-81). Para um comentário recente, cf. Karsenti (2013).

14 | As análises e menções ao liberalismo clássico, que enquadram as aulas sobre o neoliberalismo propriamente dito (as três primeiras e as duas últimas aulas), ocupam quase metade do curso (cinco aulas em doze). O ordoliberalismo alemão e sua importação pela França ocupam outras cinco aulas. O neoliberalismo estadunidense, essencialmente o de Gary Becker, ao qual são dedicadas duas aulas — as de 4 e 21 de março —, é objeto de tratamento bem mais rápido.

15 | Este ponto curioso é corroborado por algumas notas do manuscrito, que é o suporte escrito do curso. As principais articulações entre biopolítica e neoliberalismo são colocadas no curso *Segurança, território, população*.

*image
not
available*

governo. Foucault considera justamente que os anos 1960 e 1970 foram o palco tardio de uma dessas “crises de governamentalidade”, caracterizada pela tensão entre a liberdade que a sociedade de mercado reclamava e a extensão da esfera estatal, consecutiva ao impulso das demandas sociais de intervenção. O que o faz levar a sério os *experts* e dirigentes da Trilateral¹⁷ que constataram uma “ingovernabilidade das sociedades democráticas”.¹⁸ O “liberalismo” é sempre um complexo de tensões e mesmo de contradições: por um lado, trata-se de fazer da liberdade individual a fonte da prosperidade, mas, por outro, tornou-se necessário criar instituições sociais que assegurassem a vida, assumissem riscos vitais, educassem e cuidassem da população; em uma palavra, que fizessem do bem-estar da população um objetivo político central. A “biopolítica”, que se encarna tardiamente na seguridade social ou na educação nacional, não é, portanto, estranha ao liberalismo; ela lhe é complementar, porque condiciona o funcionamento do mercado ao mesmo tempo que entra em tensão com a livre concorrência dos interesses individuais, princípio da vida social para o liberalismo.

Toda questão da arte liberal de governar consiste em articular um sistema de poder, que permanece dominado pela forma da soberania estatal, e um sistema de interdependência e interação entre interesses individuais, dotado de arte e ciência próprias. Segundo Foucault, essa articulação de elementos heterogêneos gerou um novo “plano de referência”, um horizonte epistemológico, tanto prático quanto original: a “sociedade civil”, domínio próprio da governamentalidade liberal. “A sociedade civil é, creio, um conceito de tecnologia governamental, ou, antes, é o correlativo de uma tecnologia de governo cuja medida racional deve indexar-se juridicamente a uma economia entendida como processo de produção e de troca” (Foucault, 2004a, p. 299-300 [2008a, p. 402]). Não há

*image
not
available*

comprimida unilateralmente pelas disciplinas, mas era, ao contrário, parte de uma técnica de poder (Foucault, 2004b, p. 50 [2008b, p. 63]):

A ideia de um governo dos homens que pensaria antes de mais nada e fundamentalmente na natureza das coisas, e não mais na natureza má dos homens, a ideia de uma administração das coisas que pensaria antes de mais nada na liberdade dos homens, no que eles querem fazer, no que têm interesse de fazer, no que eles contam fazer, tudo isso são elementos correlativos. Uma física do poder ou um poder que se pensa como ação física no elemento da natureza e um poder que se pensa como regulação que só pode se efetuar através de e apoiando-se na liberdade de cada um, creio que isso aí é uma coisa absolutamente fundamental. Não é uma ideologia, não é propriamente, não é fundamentalmente, não é antes de mais nada uma ideologia. É primeiramente e antes de tudo uma tecnologia de poder. (Foucault, 2004b, p. 50 [2008b, p. 64])

Essa guinada na análise só pode se dar a partir de uma abordagem metodológica geral do poder, segundo a qual ele é essencialmente *produtivo* (Laval, 2015). As disciplinas faziam da limitação da liberdade a condição da eficácia na arte da guerra, nos aprendizados escolares, na higiene e na saúde, na fábrica capitalista. O poder biopolítico tem por objeto maximizar os processos vitais da população. Supõe não mais a limitação da liberdade, mas uma “produção de liberdade”, que passa, ao mesmo tempo, por uma limitação do governo (o governo frugal) e por uma produção de leis e dispositivos favoráveis à liberdade de produção e circulação. Enquanto em *Vigiar e punir* a abordagem consistia em mostrar os “porões” disciplinares da sociedade liberal, trata-se, agora, de levar a sério o liberalismo como método político de maximização dos efeitos da ação pública e minimização dos recursos utilizados. Foucault não explicita essa diferença de ênfase. Pode-se ver aí um deslocamento do olhar das técnicas da produção às tecnologias da circulação. Se produção e circulação são complementares no

*image
not
available*

p. 22 [2008b, p. 27]). Portanto, a “segurança” consiste no modo de conformar um espaço, de dispor as coisas, de apresentar à sensibilidade e à inteligência objetos atraentes e benéficos. É pelo interesse naquilo que está disponível, ao mesmo tempo acessível e legítimo, que se forma e se guia o indivíduo.

Vê-se bem como Foucault, em seus cursos no Collège de France, toma o utilitarismo com a maior seriedade, algo que nunca tinha feito antes. O utilitarismo — que ele chama também de “radicalismo inglês”, fazendo eco a Élie Halévy — não é mais reduzido apenas ao panoptismo, transformando-se em fato central na arte governamental do século XVIII. Bentham é seu verdadeiro tecnólogo, e não mais apenas o autor de *O panóptico*. É reconhecido como o pensador das novas formas de regulação. A ação governamental é redefinida em seu conjunto por meio do princípio de utilidade. Quanto à política, é definida como manipulação dos interesses, porque o homem governável é dotado de capacidade de calculá-los: “O governo, em todo caso o governo nessa nova razão governamental, é algo que manipula interesses” (Foucault, 2004a, p. 46 [2008a, p. 61]; Laval, 2007). Isso permite a Foucault reler o panoptismo institucional e social e marcar aí outra coisa que o adestramento dos corpos e a vigilância dos comportamentos individuais. A partir de 1978-1979, ele não vê mais em Bentham apenas o tecnólogo de uma “sociedade disciplinar” ou o engenheiro da “fabricação do social” (Foucault, 2013, p. 220 [2015, p. 197]), mas também o formulador do conceito de uma sociedade que funciona inteiramente pelo interesse, o que não conduz, evidentemente, às mesmas consequências para a análise do poder. Enfim, o utilitarismo é reconhecido como essa grande razão crítica das formas de poder:

E é essa linha de tendência que vai caracterizar não apenas a história do liberalismo europeu propriamente dito, mas também a história do poder público no Ocidente. E, por conseguinte, é esse problema da

*image
not
available*

econômica à legitimidade política. Existe aí uma inversão muito significativa do esquema liberal clássico. Este último, como insiste Foucault, almejava instaurar um lugar para os mecanismos autossuficientes do mercado, no interior de um espaço político estruturado pelo princípio de soberania. Buscava-se, então, impor o princípio da utilidade como um limite governamental diante da ilimitação da soberania. Com o ordoliberalismo alemão, o esquema se inverte. É o mercado, fonte de bem-estar, que funda a soberania do Estado — soberania esta que, no rescaldo do nazismo e da guerra, deve ser refundada sobre novas bases. A consequência maior é fazer do mercado o princípio regulador do Estado, fazer dele a forma na qual a instituição estatal deverá se inscrever; o mercado como objetivo, princípio e forma do Estado. Essa seria a grande novidade do “liberalismo atual” (Foucault, 2004a, p. 121 [2008a, p. 83]).

Segundo a lógica ordoliberal, se o mercado é o fundamento do Estado, é também o efeito do Estado. Se o Estado extrai sua legitimidade do crescimento e do bem-estar, ele tem a responsabilidade de assegurar o bom funcionamento do mercado, dando-lhe um “quadro” jurídico-político estável e garantindo as condições monetárias e orçamentárias de seu funcionamento. De maneira mais ampla, ele deve conduzir uma “política de sociedade” (*Gesellschaftspolitik*) que consiste em agir sobre o “ambiente social” (*die soziale Umwelt*), de acordo com uma fórmula muito sugestiva de Müller-Armack citada por Foucault (2004a, p. 152 [2008a, p. 200]). Longe de ser exterior ao Estado, a “sociedade” torna-se, assim, explicitamente o alvo das políticas governamentais. Promotora do mercado, a “política de sociedade” constitui o regulador de um Estado cuja função é criar e defender uma lógica concorrencial no mercado econômico, protegendo a sociedade dos efeitos anômicos da concorrência pelo apoio de estruturas

*image
not
available*

- 19 | A informação de Foucault sobre esta corrente vem principalmente da leitura das atas do Colóquio Walter Lippmann e de François Bilger (1964).
- 20 | Foucault emprega aqui, propositadamente, um conceito husserliano para melhor dar conta da influência de Husserl sobre Walter Eucken, fundador da corrente ordoliberal.
- 21 | Foucault não conhecia a importante obra de Karl Polanyi, *A grande transformação*, que só seria traduzida para o francês em 1983, pela Gallimard.

*image
not
available*

cálculo econômico (Foucault, 2004a, p. 234 [2008a, p. 313]).

22 | A informação de Foucault sobre essa corrente aparentemente vem, em grande parte, da leitura do livro de Henri Lepage, *Demain le capitalisme* [Amanhã o capitalismo] (1978).

23 | Jeremy Bentham já havia feito análises muito finas, que iam nesse sentido, em *Théorie des peines et des recompenses* [Teoria das penas e recompensas] (1818).

*image
not
available*

**Michel
Foucault**

2

A coerência política do neoliberalismo

A despeito do caráter lacunar e fragmentário do curso de 1979, é dele que se extrai a coerência do neoliberalismo. Coerência

*image
not
available*

complementares e correlatos de uma única e específica arte de governar. A originalidade da análise consiste em ligar e conectar os dois braços do neoliberalismo para definir não uma doutrina única e homogênea, mas uma forma singular de governamentalidade que só pode ser compreendida quando esses dois braços são correlacionados. É muito fácil — é o mais clássico dos jogos da história das ideias — sublinhar tudo aquilo que os opõe em correntes de pensamento e de autores. Ora, o propósito de Foucault não tem a ver com uma história das ideias e das doutrinas. Trata-se, para ele — e é preciso insistir nisso —, de fazer uma genealogia e uma análise das maneiras de governar, de localizar certa singularidade histórica e de fazer sua história a partir dos discursos e práticas que tiveram um papel em sua constituição e emergência.

Na análise de Foucault, falta explicitar a articulação entre os dois grandes polos que ele identificou: a política de moldura, tal como definida pelos ordoliberalis, e a conduta do sujeito econômico, tal como postulada pelos neoliberais estadunidenses, em particular, por Gary Becker. Contudo, o trabalho de Foucault só tem significado na relação entre esses dois polos. São dois filamentos inseparáveis da nova governamentalidade, cujo princípio é conduzir os indivíduos pelas *variáveis do meio* vistas como “regras do jogo”. A racionalidade política que, aos olhos de Foucault, começa a ser implementada na França, nesse fim dos anos 1970, é uma política “ambiental” voltada a aumentar o capital humano. Os dois braços do neoliberalismo se combinam, então, não em uma doutrina unificada, mas em uma racionalidade política. Logo, é preciso mostrar esse vínculo entre as duas formas de neoliberalismo para compreender no que essa racionalidade política difere do liberalismo do século XVIII.

*image
not
available*

heterogêneas; mostra a relação entre uma “ação ambiental”, fundada sobre o estabelecimento de um quadro concorrencial, e uma subjetivação individual que enfatiza o funcionamento de uma empresa. Construção jurídico-política da concorrência, de um lado, e indivíduo-empresa engajado em um processo de autovalorização, de outro: o plano de análise do neoliberalismo supõe a síntese de um ambiente global feito de estímulos e de sujeitos suscetíveis a reagir aos jogos de incitação e desincitação que têm efeito sobre suas condutas. O mecanismo de adaptação e de reação às variáveis ambientais supõe “técnicas comportamentais”. É assim que, no campo econômico, podem se integrar práticas, técnicas e discursos psicológicos, do behaviorismo às neurociências atuais. A nova forma de normalização pode se articular finamente nas empresas, administrações e em toda a sociedade com técnicas que não são mais “disciplinares”, no sentido em que Foucault as descrevera no início dos anos 1970, mas de regulação, controle, avaliação e, sobretudo, de incitação e estímulo.

Essa racionalidade neoliberal contém um princípio de ilimitação. De fato, se tudo é econômico na conduta humana e se o arranjo estratégico do meio não tem fronteiras naturais, pode-se então conceber uma sociedade inteiramente regida pela maximização do capital humano. Para Gary Becker, toda conduta não é somente racional no sentido da economia neoclássica, ela é econômica porque resulta de uma adaptação maximizadora a uma situação. Essa adaptação não é apenas o consumo ou a produção de bens, mas toda situação de escolha entre fins alternativos. O neoliberalismo estadunidense dá, assim, uma justificativa antropológica à extensão ilimitada dos mercados, o que abre caminho à reivindicação libertária segundo a qual convém remover absolutamente todos os obstáculos às relações mercantis entre indivíduos, inclusive nos domínios tradicionalmente regidos por “códigos” éticos,

*image
not
available*

enquanto indivíduo, se dá como um fato, uma crosta que ele não pode alterar e dentro da qual tem que viver. Esse cosmos impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de ação econômica”. [N.T.].

29 | Sobre esses pontos, faremos referência ao artigo de Taylan (2013).

30 | Os ordoliberais se inspiraram notadamente nos trabalhos de etologia de Von Uexküll, que datam do começo do século xx, para pensar a “política vital” como ação sobre o ambiente humano (*Umwelt*).

*image
not
available*

O poder deve sempre ser visto não negativamente, mas positivamente. E isso de maneira independente do tipo de poder com que se está lidando. Ele não deve mais ser pensado segundo um esquema jurídico proibitivo, repressivo, negativo, concepção que ainda prevalece no marxismo ou na psicanálise, mas como “máquina produtiva”.³² O poder não se restringe a reprimir ou recalcar, ele organiza forças, faz surgir novas forças, canaliza e intensifica fluxos. Como escreveu em *Vigiar e punir* (1975, p. 196 [2001a, p. 161]):

Temos que deixar de descrever sempre os efeitos de poder em termos negativos: ele “exclui”, “reprime”, “recalca”, “censura”, “abstrai”, “mascara”, “esconde”. Na verdade, o poder produz; ele produz realidade; produz campos de objetos e rituais da verdade. O indivíduo e o conhecimento que dele se pode ter se originam nessa produção.

Diferentemente do poder da soberania, que funciona pela retirada de recursos, o poder disciplinar funciona pelo investimento nos corpos graças a toda uma “maquinaria produtiva”. O poder disciplinar molda o tempo, fabrica a força de trabalho produtiva, normaliza a existência, tornando-a “útil”. A “suavidade das penas”, reclamada pelos reformadores de legislação criminal em nome da dignidade dos homens, nunca é outra coisa senão o avesso de uma vasta e sistemática empresa ortopédica de correção e de transformação do indivíduo (Foucault, 1975, p. 76-7 [2001a, p. 64]).

Encontraremos essa concepção do poder produtivo na “economia política da vontade de saber” que Foucault anuncia em seu primeiro volume da *História da sexualidade* (1976, p. 98 [1988, p. 71]). A inscrição do discurso do sexo no Ocidente toma a forma da longa narrativa de um interdito, quando se

*image
not
available*

território sobre o qual será preciso agir para encorajar ou dissuadir esta ou aquela conduta, facilitar ou impedir estes ou aqueles fenômenos (Foucault, 1997, p. 218 [2005, p. 291-2]).

Foucault chega a sustentar que a constituição do “meio” da delinquência e da prostituição nas cidades, que aparece à primeira vista como aquilo que escapa ao saneamento do meio urbano, na realidade resulta de uma estratégia de isolamento e encarceramento em um meio fechado e vigiado, no qual o prazer sexual é objeto de proveito e meio de controle. Ele atribui à medicina urbana um papel decisivo no nascimento da mesopolítica:

Esta medicina das coisas já delineia, sem empregar ainda a palavra, a noção de meio ambiente que os naturalistas do final do século XVIII, como Cuvier, desenvolverão. A relação entre organismo e meio será feita simultaneamente na ordem das ciências naturais e da medicina, por intermédio da medicina urbana. Não se passou da análise do organismo à análise do meio ambiente. A medicina passou da análise do meio à dos efeitos do meio sobre o organismo e, finalmente, à análise do próprio organismo. (2001c, p. 222 [1979b, p. 92-3], citado em Taylan, 2014, p. 55-6)

Talvez seja em suas pesquisas sobre os meios de encarceramento — prisão, asilo, escola — que melhor aparece o fato de que o poder sobre o prisioneiro, o louco e a criança se exerce a partir de então pela mediação de um espaço estrategicamente construído, por vezes até o mínimo detalhe, para agir com eficácia sobre os indivíduos. Um poder que encontra seu modelo e sua metáfora na prisão panóptica. A influência do meio pode ser intensificada, seus efeitos, racionalizados e multiplicados segundo técnicas particulares ou dispositivos especiais. Em *Vigiar e punir*, fica claro que é por certo arranjo programado que o meio assim criado deve agir sobre os indivíduos de forma contínua e à distância, de maneira anônima e quase invisível, para condicionar sua conduta e seu espírito. Entretanto, por “meio” não se entende

*image
not
available*

“mestre”, *O normal e o patológico*, introdução que pode ser lida como expressão de uma dívida pessoal com Canguilhem.

Foucault não apenas encontrou neste último uma conceitualização do meio e do espaço, mas, sobretudo, uma conceitualização da *norma*. Foucault pensa em termos canguilhemianos até em suas análises do poder neoliberal: o meio é sempre um meio onde o vivente age colocando normas, e a própria ação humana acontece sempre em um meio que fixa normas.³⁵ Pouco importa que esse meio seja a família, o espaço urbano, a instituição disciplinar ou mesmo, como no neoliberalismo, o mercado e o quadro concorrencial que ele impõe aos sujeitos econômicos. Para Foucault, é a relação entre meio e indivíduo que importa *sempre* analisar. Logo, o que aproxima Canguilhem e Foucault é a ideia de que o poder não se exerce de maneira sistemática nem mesmo sobretudo como ratificação de um direito, de forma jurídica ou abertamente coercitiva. Ao contrário, é mais frequente que ele mobilize normas imanentes aos processos e às práticas. Essas normas participam do “meio” no seio do qual se desdobram as práticas e se desenvolvem as existências; elas são mesmo parte das práticas e das existências — o que significa que as existências são, elas mesmas, “normativas”. Macherey resume à sua maneira essa concepção da vida: “As normas que ordenam a vida, no sentido de uma vida que se torna ou é tornada humana, não são preestabelecidas ou pré-constituídas, e sim se elaboram no decorrer do mesmo processo antagônico que faz e desfaz as formas desta vida humana” (Macherey, 2009, p. 131).

“A vida é formação de formas”, escreve Canguilhem (1992a, p. 11 [2012a, p. 3]). E continua: “o próprio do vivente é fazer seu meio, compor seu meio” (1992b, p. 143 [2012b, p. 155]). Assim, importa partir da normatividade inventiva do vivente, da “original normatividade da vida” (Canguilhem, 1966, p. 116 [2009, p. 148]). Essa normatividade se mostra melhor na espécie

*image
not
available*

O Foucault canguilhemiano ou a questão da norma

Segundo Foucault, não há vida que não seja normativamente orientada, robusta, equipada. Apoiando-se em Canguilhem, com aporte de algumas novas distinções, ele pensou a norma em sua imanência à prática, à vida, ao pensamento e, mais precisamente, pôde pensar sobre como a norma opera no “jogo dos interesses” no mercado.

Há muitas maneiras de pensar a norma, seja como um poder que exerce uma força sobre uma matéria viva que lhe é anterior e exterior, seja como uma forma interior ao campo de ação e de experiência, imanente ao desenvolvimento das práticas e dos processos. De acordo com a primeira concepção da norma, somos tentados a colocar um plano de vida livre de toda influência e de toda força exterior. Supomos, assim, um domínio da liberdade e da espontaneidade, um domínio da “vida” tal como era, por exemplo, concebida pelo vitalismo gauchista, ou da “sociedade civil”, tal como vislumbrada pela “*deuxième gauche*” [segunda esquerda]³⁷ ou, ainda mais antigamente, da “liberdade”, tal como era pensada pelo liberalismo. Na segunda concepção, supomos que a norma seja ativa, produtiva e não repressiva e proibitiva. A “sexualidade”, a “loucura”, a “economia”, a “educação”, o “trabalho” não são matérias brutas sobre as quais vem se aplicar uma dominação normativa coercitiva e repressora; são modos de ser e formas de atividade produzidos por sujeitos que falam e agem segundo as normas. A normalização é inseparável do nascimento de objetos históricos, ao mesmo tempo que produz sujeitos que não lhe preexistem. Assim, a norma não existe *antes* de seus efeitos, como uma causa que seria possível separar daquilo que

*image
not
available*

Bentham e a ação à distância

O problema da ação à distância pelo ajustamento do meio está na origem do interesse de Foucault por Bentham, o grande tecnólogo da sociedade liberal e seu grande educador em matéria de poder (Laval, 2011). Ao lado de Canguilhem, a relação com Bentham constitui a trama dos cursos dos anos 1970. Foucault nunca deixou de refletir *com* Bentham sobre a análise dos poderes e das técnicas de poder. É preciso levar a sério a afirmação de Foucault segundo a qual Bentham é tão importante quanto Marx, e talvez ainda mais, porque, para o tecnólogo do utilitarismo, não se trata de um modo de produção que determina as atitudes ou de uma “ideologia” posicionada como superestrutura que domina os espíritos, mas de lógicas mais finas, mais sutis e mais locais. Bentham pensa o poder como imanente a toda relação humana e é a partir dessa imanência que uma nova maneira de organizá-lo torna-se pensável e possível. A grande descoberta de Bentham — e o que ele ensina a Foucault — é que a relação de poder não se apoia sobre a ação de uma ideia, menos ainda sobre a ação de uma força material, mas orienta a ação de um indivíduo graças a uma ação sobre a probabilidade de recompensas e punições resultantes de sua conduta (Laval, 2012a; Brunon-Ernst, 2012). Em uma palavra, como bom newtoniano, Bentham pensa o poder não como ação de um corpo sobre outro, mas como ação à distância.⁴⁰ É sobre essa base epistemológica que ele pensará, por exemplo, a influência do meio de linguagem sobre o espírito humano e, mais precisamente, o poder das palavras sobre os desejos.

Contrariamente a uma imagem que ficou muito marcada, esse poder benthamiano não é aquele do “olho que tudo vê”.

*image
not
available*

possibilidades onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos”. E acrescenta: “É sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos, e o quanto eles agem ou são suscetíveis de agir. Uma ação sobre ações. [...] Governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros” (Foucault, 2001, p. 1.056 [1995, p. 243-4]). Agir sobre a vontade, agir sobre os desejos, fazer todos os motivos concorrerem para a ação desejada, tal era a nova “governamentalidade” da qual Bentham é um teórico pioneiro: comandar “é dar aos sujeitos um interesse artificial a obedecer” (Bentham, 1829-1830, p. 228). Foucault encontrou em Bentham uma análise e uma tecnologia refinadas do meio e do espaço, sobretudo a ideia fundamental de que o poder se exerce à distância e de modo oblíquo, jogando com as probabilidades de satisfação ou de dor. Se “ordenar a probabilidade” é o segredo do governo dos “homens econômicos”, foi em Bentham, então, que encontrou o segredo da “ação ambiental” (2001, p. 1.056 [1995, p. 244]).



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.



You have either reached a page that is unavailable for viewing or reached your viewing limit for this book.